

versão final

PROJETO DE LEI N.º 2.177, DE 2011



Institui o Código Nacional de Ciência,
Tecnologia e Inovação.

Autor: Deputado BRUNO ARAUJO e outros

Relator: Deputado SIBÁ MACHADO

PARECER DE PLENÁRIO
(COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO REFERENTE AO PARECER APROVADO
NA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL
2177/11)

A Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei que institui um novo Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação se debruçou sobre o tema durante os anos de 2013 e 2014 e elaborou um substitutivo que atendia, naquele então, aos anseios de todos os setores envolvidos com o setor de pesquisa e desenvolvimento e de ciência, tecnologia e inovação. Em abril de 2014, foi aprovado o Substitutivo da Comissão Especial e desde então a proposta encontrava-se pronta para apreciação do Plenário.


Em que pese o aprofundado e criterioso trabalho elaborado pela Comissão, reconheço o acerto das novas medidas de aperfeiçoamento ao texto oferecidas na forma de Emendas de Plenário ao Substitutivo.

O trabalho conduzido ouviu anseios e preocupações do Poder Executivo, instituições públicas e privadas, e associações e conselhos ligados ao setor de CTI (ciência, tecnologia e inovação). Na condição de relator




da matéria naquele colegiado passo a descrever as melhorias contidas nos textos das Emendas.

A emenda do **Deputado Mendonça Filho (EMP 1)**, ao se basear em uma proposta intermediária alcançada pelo grupo de trabalho que deu continuidade aos trabalhos da Comissão Especial, oferece também aperfeiçoamentos à Lei de Inovação, Lei do Estrangeiro, Lei das Contratações Temporárias, Lei das Universidades e Plano de Carreira. Em sua maioria, esses aperfeiçoamentos foram incorporados ao texto. No entanto, a emenda inclui o tema da importação de material biológico e de seres vivos, assim como o tratamento preferencial para Empresas de Base Tecnológica e modificações à Lei nº 11.892/08, modificando critérios para a concessão de bolsas dos IFET (Instituições Federais de Educação). Esses pontos não foram contemplados. Portanto, somos pela **APROVAÇÃO PARCIAL DA EMP 1, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO**.




Sobre as emendas EMP 2 a 5 apresentadas pelo **Deputado Bruno Araújo, REJEITAMOS as EMP 2 e 3** por considerarmos que um dos princípios do nosso Substitutivo é a atração de empresas de PDI para atuação no país. Assim, avaliamos que a possibilidade de estabelecer parcerias sem a instalação das empresas no país seria deletéria para o desenvolvimento do parque tecnológico nacional. Outrossim, cabe lembrar que empresas de capital estrangeiro, porém regularmente estabelecidas no país poderão fazer jus aos benefícios do nosso Substitutivo. Com relação à **EMP 4** somos favoráveis à participação de ICT em parques tecnológicos e em empresas incubadas e à segregação das funções de financiamento e execução. Portanto, somos favoráveis à **APROVAÇÃO DA EMP 4**. Sobre a **EMP 5**, apoiamos parcialmente a medida. Entendemos que o afastamento do pesquisador de ICT pública não pode ser completo, assim como entendemos que ele pode se afastar também para ICT privadas. Portanto, somos pela **APROVAÇÃO PARCIAL DA EMP 5, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO**.

Já com relação à emenda apresentada pela **Deputada Mara Gabrilli (EMP 6)**, adiantamos que concordamos parcialmente com o seu mérito. Todavia, a alteração proposta à Lei nº 8.010/90 - Lei de Importações para Entidades de Ciência e Tecnologia – permitindo a extensão da isenção da tributação nas importações apenas para ICT e entidades sem fins lucrativos pareceu-nos ser por demais restritiva. Em seu lugar, estendemos a isenção tributária a todas as ICT públicas e privadas, desde que credenciadas pelo




CNPq. Portanto, somos pela **APROVAÇÃO PARCIAL DA EMP 6, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO.**


Com relação à Emenda oferecida pela **Deputada Luciana Santos (EMP 7)**, o texto concentra-se em alterar a Lei de Inovação, Lei nº 10.973/04. Antecipamos que concordamos com as alterações propostas e incorporamos as medidas ao nosso Substitutivo, conforme indicado. As modificações com relação ao Substitutivo aprovado na Comissão Especial dizem respeito a uma melhor adequação dos conceitos, objetivos, definições e mecanismos para a interação entre o setor público e o privado de CTI. Essas alterações estão contidas nas novas redações propostas aos artigos 1º a 8º da Lei de Inovação. Ainda nesses artigos iniciais da citada Lei, a Emenda da Deputada Luciana Santos inclui o artigo 3º-C, para determinar aos entes que compõem a federação o estímulo à atração de centros de PDI (pesquisa, desenvolvimento e inovação). A proposta também prescreve que as bolsas não configuram vínculo empregatício e, portanto, não poderão ser tributadas (Art. 9º, da Lei de Inovação). Garante ao pesquisador afastado para a realização de projetos de PDI a manutenção da integralidade de seus vencimentos (Art. 14) e a percepção de recursos adicionais advindos desses projetos (Art. 14-A). Permite, ainda, o repasse de recursos de instituições públicas para fundações de apoio (Art. 18). Dispensa de licitação a contratação de micro, pequena e empresa de médio porte na prestação de serviços ou fornecimento de bens inovadores, garantindo a preferência constitucional das microempresas (Art. 20-A). Estende o alcance da Lei para as ICT públicas que também produzam e ofertem bens e serviços, tais como a Fiocruz. E permite a celebração de contratos de gestão entre a ICT e seu ente controlador (Art. 26-B). A última das alterações na Lei de Inovação inclui como sua diretriz o tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas (Art. 27). Somos pela **APROVAÇÃO DA EMP 7.**




A emenda da **Deputada Margarida Salomão (EMP 8)** preocupa-se principalmente em harmonizar o texto ao disposto na Emenda Constitucional nº 85/15 (EC 85). Adiantamos que concordamos com o teor e incorporamos as medidas ao nosso Substitutivo, conforme indicado. Inclui dispositivo independente que autoriza remanejamento de recursos orçamentários em projetos de PDI (art. 11 do Substitutivo). Esclarece que a titularidade sobre os bens gerados ou adquiridos em projetos é da entidade recebedora dos recursos, salvo no caso em que previsão distinta esteja contida



nos termos do financiamento (art. 12). Ademais altera o Plano de Carreiras dos servidores do magistério (Lei nº 12.772/12) em três pontos comentados a seguir (art. 13). Primeiro, permite o acúmulo de cargos em fundações e outras ICT (art. 20 da Lei); segundo, permite a remuneração de servidor na condição de dirigente máximo da fundação de apoio (art. 20-A da Lei), e; terceiro, permite a percepção de bolsas por servidores em dedicação exclusiva (art. 21 da Lei). Ainda no tocante a esse terceiro ponto, a emenda da Deputada Margarida Salomão, mediante alteração nesse mesmo artigo 21 da citada Lei, estende a carga máxima permitida em projetos de PDI de 240 horas para oito horas semanais ou 416 (quatrocentas e dezesseis) horas anuais. No mesmo sentido de garantia das remunerações, oferece artigo independente garantindo vencimentos aos pesquisadores envolvidos em projetos com outras instituições (art. 14). Outro artigo independente explicita o princípio da internacionalização das ICT permitido pela EC 85 (art. 15). Por fim, oferece artigo independente estendendo a garantia da isenção de tributos a todo tipo de bolsas (art. 16). Somos pela **APROVAÇÃO DA EMP 8**.



A emenda do **Deputado Izalci (EMP 9)** adapta diversos diplomas legais que regem setores específicos, porém relacionados a atividades de CTI, com a qual concordamos e incorporamos ao nosso Substitutivo, conforme indicado. Altera a Lei do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80) garantindo visto temporário também para bolsistas em projetos de CTI (art. 3º do Substitutivo). Modifica a Lei de Licitações (8.666/93) dispensando a licitação para aquisição de produtos para pesquisa e desenvolvimento. Na Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (12.462/11), inclui ações em órgãos de ICT (Instituição Científica e Tecnológica) no rol das aplicações da Lei (art. 5º). Altera a Lei de Contratações Temporárias no Serviço Público (8.745/93), permitindo a admissão de pesquisador para projetos de PDI (art. 6º). Na Lei das Universidades Federais e Instituições de Ensino (8.958/94), disciplina a forma de repasses de recursos com fundações de apoio (art. 7º). Em consonância com a EC 85, inclui dispositivo independente determinando que o desembaraço aduaneiro deverá seguir tratamento prioritário e procedimentos simplificados (art. 8º). Ainda com relação ao desembaraço, a emenda altera a Lei de Importações para Entidades de Ciência e Tecnologia (8.010/90), incluindo as importações realizadas por ICT privadas no rol de entidades isentas de impostos (art. 9º). Alteração similar é incluída na Lei de Importações de Empresas (8.032/90), estendendo e ampliando as isenções previstas para importações de PDI de empresas, assim



como dispensando essas importações de exame de similaridade e controles prévios ao despacho aduaneiro (art. 10). Somos pela **APROVAÇÃO DA EMP 9**.

A emenda do **Deputado Covatti Filho (EMP 10)** trata de dois pontos específicos: micro e pequenas empresas e bolsas. Também somos favoráveis às propostas e incorporamos as sugestões ao nosso Substitutivo, conforme indicado. Com relação ao primeiro assunto de que trata a emenda, inclui o artigo 3º-D na Lei de Inovação para determinar aos entes que compõem a federação a manutenção de programas de PDI específicos para as micro e pequenas empresas. Também modificando a Lei de Inovação, prevê o fomento e o repasse financeiro para ações de PDI em conjunto com aquelas categorias de empresas (art. 19) e lhes assegura tratamento diferenciado na aplicação da Lei (art. 27). Com relação às bolsas, a proposta do Deputado complementa a isenção tributária prevista na Emenda da Deputada Luciana Santos, ao explicitar que essas devem ser consideradas doações, não configuram vínculo empregatício e, portanto, não poderão ser tributadas, aplicando o disposto inclusive a fato pretérito (art. 9º, da Lei de Inovação). Ademais, inclui, de forma explícita na Lei 8.954/94 (Lei das Universidades e Instituições de Ensino mencionada anteriormente), preceptores da residência médica e multiprofissional na isenção tributária prevista para bolsas (art. 16 do Substitutivo). Somos pela **APROVAÇÃO DA EMP 10**.

Julgamos oportuna a emenda do Deputado Mendonça Filho (**EMP 11**) por introduzir a figura sensata da contrapartida no caso de sessões de imóveis por parte de ICT. Portanto somos pela **APROVAÇÃO DA EMP 11, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO**.

Também julgamos positiva a emenda do Deputado Bruno Araújo e outros (**EMP 12**), pois, ao determinar a obrigatoriedade do uso dos recursos advindos da inovação no setor, possibilita a manutenção de um círculo virtuoso de desenvolvimento. Portanto, somos pela **APROVAÇÃO DA EMP 12**.

Essas são as alterações propostas pelas emendas de plenário que incorporo no meu parecer de plenário e contemplo no Substitutivo.

Considero que as propostas melhoram os mecanismos de integração entre os setores públicos e privados de ciência, tecnologia e inovação e destes com o setor produtivo e empresarial. Outrossim, tenho a



convicção de que os dispositivos que propomos alterar flexibilizam e modernizam procedimentos na administração pública. Por fim, saliento que os dispositivos aqui oferecidos guardam total harmonia com o disposto na Emenda Constitucional nº 85/15.

Por isso, somos pela **REJEIÇÃO** das **EMP 2 e 3** apresentadas pelo Deputado Bruno Araújo e pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 2.177/11 e das emendas **EMP 4**, do Deputado Bruno Araújo, **EMP 7**, da Deputada Luciana Santos, **EMP 8**, da Deputada Margarida Salomão, **EMP 9**, do Deputado Izalci, **EMP 10**, do Deputado Covatti Filho e **EMP 12**, do Deputado Bruno Araújo, e pela **APROVAÇÃO PARCIAL** das Emendas **EMP 1**, do Deputado Mendonça Filho, **EMP 5**, do Deputado Bruno Araújo, **EMP 6**, da Deputada Mara Gabrielli e **EMP 11**, do Deputado Mendonça Filho, na forma do **SUBSTITUTIVO** que ora apresentamos.

Sala das Sessões, em de de 2015.



Deputado Siba Machado
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.177, DE 2011

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.177, DE 2011

Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, 8.010, de 29 de março de 1990, 8.032, de 12 de abril de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.462, de 4 de agosto de 2011 e 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

Art. 2º A Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País, nos termos dos arts. 23, 24, 167, 200, 213, 218, 219 e 219-A da Constituição.

Parágrafo único. As medidas às quais se refere o caput deverão observar os seguintes princípios:



I - promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;

II - promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;

III - redução das desigualdades regionais;

IV - descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado;

V - promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, o setor público e o privado e entre empresas, ~~nos âmbitos nacional e internacional;~~

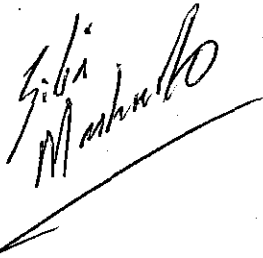
VI - estímulo à atividade de inovação nas ICT e empresas, inclusive para a atração, constituição e instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação, parques e polos tecnológicos no país;

VII - promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;

VIII - incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

IX - promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;

X - fortalecimento das capacidades



operacional, científica, tecnológica e administrativa das instituições de ciência, tecnologia e inovação;

XI – atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;

XII - simplificação de procedimentos para a gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e a adoção de controle por resultados em sua avaliação.

XIII – utilização do poder de compra do estado para fomento à inovação.

XIV – apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICT e ao sistema produtivo” (NR)

“Art. 2º

.....


III - criador: pessoa física que seja inventor, obtentor ou autor de criação;

III-a – incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

IV - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos, ou que compreenda a



agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possam resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;



V - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT: órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional, objetivo social ou estatutário, entre outros, a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

VI - Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT: estrutura instituída por uma ou mais ICT, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e, por competências mínimas, as atribuições previstas pela presente Lei;

VII - fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de estímulo à inovação de interesse das ICT, registrada e credenciada nos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e demais legislações pertinentes nas esferas estadual, distrital e municipal;

VIII - pesquisador público: o ocupante de cargo público efetivo, civil ou militar, ou o detentor de função ou emprego público que realize, como atribuição funcional, atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

.....

X - parque tecnológico: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura



de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICT, com ou sem vínculo entre si;

65

X-a – polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em um determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com pré-disposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias.

.....

XIII - extensão tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;

XIV - bônus tecnológico: subvenção a microempresas, empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da administração pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços; e

XV - capital intelectual: conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. " (NR)

"Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento

15

poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICT e entidades ou privado sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores, e a transferência e a difusão de tecnologia.

Parágrafo único. O apoio previsto no caput poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados." (NR)

"Art. 3º-B. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento e as ICT poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICT.


§ 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e seleção de empresas para o ingresso nesses ambientes.

§ 2º Para os fins previstos no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as respectivas agências de fomento e as ICT públicas poderão:

I - ceder o uso de imóveis para a instalação e consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e ICT interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de

16

parques e polos tecnológicos e de incubadoras de empresas, mediante contrapartida financeira ou não financeira, **com contrapartida obrigatória** e na forma de regulamento; e

 II - participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e execução." (AC)

Art. 3º-C - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estimularão a atração de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas estrangeiras, promovendo sua interação com ICT e empresas brasileiras e oferecendo-lhes o acesso aos instrumentos de fomento, visando o adensamento do processo de inovação no País.

Art. 3º-D - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e as respectivas agências de fomento manterão programas específicos para as microempresas e às empresas de pequeno porte, observando-se o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006." (NR)

"Art. 4º As ICT públicas poderão, mediante contrapartida financeira ou não financeira e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa,

desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente na sua atividade fim, nem com ela conflite; e

III - permitir o uso do seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

5

Parágrafo único. A permissão e o compartilhamento de que tratam os incisos I e II do caput obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pela ICT pública, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades às empresas e demais organizações interessadas." (NR)

"Art. 5º Ficam a União e demais entes federativos e suas entidades autorizadas, nos termos do regulamento, a participar minoritariamente do capital social de empresas, com o propósito de desenvolver produtos ou processos inovadores e que estejam de acordo com as diretrizes e prioridades definidas nas políticas de ciência, tecnologia e inovação e de desenvolvimento industrial de cada esfera de governo.

§ 1º A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá à empresa na forma da legislação vigente e de seus atos constitutivos.

§ 2º O Poder público poderá condicionar a participação societária via aporte de capital à previsão de licenciamento da propriedade intelectual para atender ao interesse público.

§ 3º A alienação dos ativos das participações societárias referidas no caput dispensa realização de licitação, conforme legislação vigente.

§ 4º Os recursos recebidos em decorrência

da alienação da participação societária referida no caput **deverão** ser aplicados em pesquisa e desenvolvimento ou em novas participações societárias.

§ 5º Nas empresas a que se refere o caput, o estatuto ou contrato social poderá conferir às ações ou quotas detidas pela União ou por suas entidades poderes especiais, inclusive de veto às deliberações dos demais sócios nas matérias que especificar.

§ 6º A participação minoritária de que trata o caput se dará por meio de contribuição financeira ou não financeira, desde que economicamente mensurável e poderá ser aceita como forma de remuneração pelo licenciamento ou transferência de criação de titularidade da União e suas entidades.”
(NR)

“Art. 6º É facultado à ICT pública celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parcerias.

§ 1º A contratação com cláusula de exclusividade, para os fins de que trata o caput, deve ser precedida da publicação de extrato da oferta tecnológica em sítio eletrônico oficial da ICT, na forma estabelecida por sua política de inovação .

§ 1º-A. Nos casos de desenvolvimento conjunto com empresa, poderá ser contratada com cláusula de exclusividade na forma no caput, dispensada a oferta pública, devendo ser estabelecida em convênio ou contrato a forma de remuneração.

.....

§ 6º Celebrado o contrato de que trata o caput, os dirigentes, criadores ou quaisquer outros servidores, empregados ou prestadores de serviços ficam obrigados a repassar os conhecimentos e informações necessários à sua efetivação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, respeitado o disposto no art. 12.

§ 7º A remuneração de ICT privada pelo licenciamento ou transferência de criação de que trata o § 6º, bem como qualquer outra oriunda de pesquisa, desenvolvimento e inovação, não representa impeditivo para sua classificação como entidade sem fins lucrativos." (NR)

"Art. 8º É facultado à ICT prestar a instituições públicas ou privadas serviços técnicos especializados compatíveis com os objetivos desta Lei, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, visando, dentre outros objetivos, maior competitividade das empresas.

.....

§ 1º A prestação de serviços prevista no caput dependerá de aprovação pelo representante legal máximo da instituição, facultada a delegação a mais de uma autoridade, e vedada a subdelegação.

....." (NR)

"Art. 9º É facultado à ICT celebrar acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo, com instituições públicas e privadas.

§ 1º O servidor, o militar ou o empregado da

ICT pública, o aluno de curso técnico, de graduação ou de pós-graduação envolvido na execução das atividades previstas no caput poderá receber bolsa de estímulo à inovação diretamente da ICT a que esteja vinculado, de fundação de apoio ou de agência de fomento.

§ 2º As partes deverão prever, em instrumento jurídico específico, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, assegurando aos signatários o direito à exploração, ao licenciamento e à transferência de tecnologia, observado o disposto nos §§ 4º a 7º do art. 6º.

§ 3º A propriedade intelectual e a participação nos resultados referidas no § 2º serão asseguradas às partes contratantes, nos termos do contrato, podendo a ICT ceder ao parceiro privado a totalidade dos direitos de propriedade intelectual mediante compensação financeira ou não financeira, desde que economicamente mensurável.

§ 4º As bolsas concedidas nos termos deste artigo não configuram vínculo empregatício, caracterizam-se como doação, não caracterizam contraprestação de serviços e nem vantagem para o doador, para efeitos do disposto no art. 26 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e não integram a base de cálculo da contribuição previdenciária, aplicando-se o disposto a fato pretérito, como previsto no inciso I do art. 106 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 5º Aplica-se também ao aluno de ICT privada o disposto nos §§ 1º e 4º." (NR)

"Art. 9º-A. Os órgãos e entidades da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios ficam autorizados a conceder recursos para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação às ICT ou diretamente aos

pesquisadores a elas vinculados, por termo de outorga, convênio, contrato ou instrumento jurídico assemelhado.

§ 1º A concessão do apoio financeiro depende de aprovação de plano de trabalho.

§ 2º A celebração e a prestação de contas dos instrumentos aos quais se refere o caput serão feitas de forma simplificada e compatível com características das atividades de ciência, tecnologia e inovação , nos termos do regulamento.

§ 3º A vigência dos instrumentos jurídicos aos quais se refere o caput deverá ser suficiente à plena realização do objeto, admitida a prorrogação, desde que justificada tecnicamente e refletida em ajuste do plano de trabalho.

§ 4º Dentro do valor total aprovado e liberado para os projetos referidos no caput, poderá ocorrer transposição, remanejamento, ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, de acordo com regulamento.

§ 5º A transferência de recursos da União para ICT estadual, distrital ou municipal em projetos de ciência, tecnologia e inovação não poderá sofrer restrições por conta de inadimplência de quaisquer outros órgãos ou instâncias que não a própria ICT." (NR)

"Art. 10. Os instrumentos firmados com as ICT, as empresas, as fundações de apoio, as agências de fomento e os pesquisadores cujo objeto seja compatível com a finalidade desta Lei poderão prever recursos para cobertura de despesas operacionais e administrativas na execução dos mesmos, podendo ser aplicada taxa de administração nos termos do regulamento."
(NR)

“Art. 11. A ICT poderá ceder seus direitos sobre a criação, mediante manifestação expressa e motivada, a título não oneroso, nos casos e condições definidos em suas próprias normas, para que o criador os exerça em seu próprio nome e sob sua inteira responsabilidade, nos termos da legislação pertinente, ou a terceiro mediante remuneração.

.....” (NR)

“Art. 13.

.....

§ 2º Entende-se por ganho econômico toda forma de royalty, remuneração ou quaisquer benefícios financeiros resultantes da exploração direta ou por terceiros da criação protegida, devendo ser deduzido:

I - na exploração direta e por terceiros, as despesas, encargos e obrigações legais decorrentes da proteção da propriedade intelectual; e

II - na exploração direta, os custos de produção da ICT.

.....

§ 4º Contada a partir da regulamentação pela autoridade interna competente, a participação referida no caput deste artigo deverá ocorrer em prazo não superior a um ano após a realização da receita que lhe servir de base.” (NR)

"Art. 14.

.....

§ 3º as gratificações específicas do pesquisador público em regime de dedicação exclusiva, inclusive aquele enquadrado em planos de carreiras e cargos de magistério, serão garantidas, na forma do § 2º deste artigo, quando houver o completo afastamento de ICT pública para outra ICT, desde que seja de conveniência da ICT de origem.

....." (NR)

"Art. 14-A. O pesquisador público sob regime de dedicação exclusiva, inclusive aquele enquadrado em planos de carreiras e cargos de magistério, poderá exercer atividades remuneradas de pesquisa, desenvolvimento e inovação em ICT ou empresa e participar da execução de projetos aprovados ou custeados com recursos previstos nesta lei, desde que observada a conveniência do órgão de origem e assegurada a continuidade de suas atividades de ensino ou pesquisa nesse órgão, a depender de sua respectiva natureza ."

"Art. 15-A. A ICT pública deverá instituir sua política de inovação, dispondo sobre a organização e a gestão dos processos que orientam a transferência de tecnologia e a geração de inovações no ambiente produtivo, em consonância com as prioridades da política nacional de ciência, tecnologia e inovação e com a política industrial e tecnológica nacional.

Parágrafo único . A política a que se refere o caput deverá estabelecer diretrizes e objetivos:

I - estratégicos da atuação institucional no ambiente produtivo local, regional ou nacional;

II - de empreendedorismo, gestão de incubadoras e de participação no capital social de empresas;

III - para a extensão tecnológica e a prestação de serviços técnicos;

IV - para o compartilhamento e permissão de uso por terceiros dos seus laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual ;

V - da gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia;

VI - para a institucionalização e gestão do núcleo de inovação tecnológica;

VII - para orientar as ações institucionais de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual; e

VIII - para o estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de tecnologias com inventores independentes, empresas e outras entidades." (AC)

"Art. 16. Para apoiar a gestão de sua política de inovação, a ICT pública deverá dispor de núcleo de inovação tecnológica, próprio ou em associação com outras ICT.

§ 1º São competências do núcleo de inovação tecnológica a que se refere o caput, entre outras:

.....

VII - desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ICT;

VIII - desenvolver estudos e estratégias para a transferência das inovações geradas pela ICT;

IX - promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas, em especial para as atividades previstas nos arts. 6º a 9º; e

X - negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologias oriundas da ICT.

§ 2º A representação da ICT pública, no âmbito de sua política de inovação, poderá ser delegada ao gestor do núcleo de inovação tecnológica.

§ 3º O núcleo de inovação tecnológica poderá ser constituído com personalidade jurídica própria, como entidade privada sem fins lucrativos.

§ 4º Caso o núcleo de inovação tecnológica seja constituído com personalidade jurídica própria, a ICT deverá estabelecer as diretrizes de gestão e as formas de repasse de recursos.

§ 5º Na hipótese do § 3º, a ICT pública fica autorizada a estabelecer parceria com entidades privadas sem fins lucrativos já existentes para a finalidade prevista no caput." (NR)

"Art. 17. A ICT pública deverá, na forma do regulamento, prestar informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Parágrafo único. Aplica-se o determinado no caput às ICT privadas beneficiadas pelo poder público, nas formas da presente Lei." (NR)

Art. 18. As ICT públicas, na elaboração e execução dos seus orçamentos, adotarão as medidas cabíveis para a administração e a gestão da sua política de inovação para permitir o recebimento de receitas e o pagamento de despesas decorrentes da aplicação do disposto nos arts. 4º a 9º, 11 e 13, o pagamento das despesas para a proteção da propriedade intelectual e os pagamentos devidos aos criadores e aos eventuais colaboradores.

5

Parágrafo único. A captação, gestão e aplicação das receitas próprias da ICT pública, de que tratam os artigos 4 a 8, 11 e 13, poderá ser delegada a fundação de apoio, quando previsto em contrato ou convênio, devendo ser aplicadas exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação." (NR)

Art. 19. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as ICT e suas agências de fomento promoverão e incentivarão a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura a serem ajustados em instrumentos específicos, destinados a apoiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para atender às prioridades da política industrial e tecnológica nacional.

NACIONAIS E NAS ENVIJAJES NACIONAIS DE JUREZO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS. Sérgio Machado

.....

§ 2º-A. São instrumentos de estímulo à inovação nas empresas, quando aplicáveis, entre outros:

I - subvenção econômica;

II - financiamento;

III - participação societária;

IV - bônus tecnológico;

V - encomenda tecnológica;

VI - incentivos fiscais;

VII - concessão de bolsas;

VIII - uso do poder de compra do Estado;

IX - fundos de investimentos;

X - fundos de participação;

XI - títulos financeiros, incentivados ou não; e

XII - previsões de investimento em pesquisa e desenvolvimento em contratos de concessão de serviços públicos ou em regulações setoriais.

.....

§ 6º As iniciativas de que trata este artigo poderão ser estendidas a ações visando:

I - ao apoio financeiro, econômico e fiscal direto a empresas para as atividades de pesquisa,

desenvolvimento e inovação tecnológica;

II - à constituição de parcerias estratégicas e ao desenvolvimento de projetos de cooperação entre ICT e empresas e entre empresas, em atividades de pesquisa e desenvolvimento, que tenham por objetivo a geração de produtos, serviços e processos inovadores;

III - à criação, à implantação e à consolidação de incubadoras de empresas, de parques e polos tecnológicos e demais ambientes promotores da inovação;

IV - à implantação de redes cooperativas para inovação tecnológica;

V - à adoção de mecanismos para atração, criação ou consolidação de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas nacionais ou estrangeiras;

VI - à utilização do mercado de capitais e de crédito nas ações de inovação;

VII - à cooperação internacional para inovação e para transferência de tecnologia;

VIII - à internacionalização de empresas brasileiras por meio da inovação tecnológica;

IX - à indução da inovação por meio de compras públicas;

X - à utilização da compensação comercial, industrial e tecnológica nas contratações públicas;

XI - à previsão de cláusulas de investimento em pesquisa e desenvolvimento nas concessões públicas e nos regimes especiais de incentivos econômicos; e

XII - a implantação de solução de inovação para apoio e incentivo a atividades tecnológicas ou de inovação nas microempresas e às empresas de pequeno porte.

§ 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão utilizar mais de um instrumento de estímulo à inovação a fim de conferir efetividade aos programas de inovação nas empresas.

§ 8º Os recursos destinados à subvenção econômica serão aplicados no financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em empresas, admitida sua destinação para despesas de capital e correntes, desde que voltadas preponderantemente à atividade financiada.”
(NR)

“Art. 20. Os órgãos e entidades da administração pública, em matéria de interesse público, poderão contratar diretamente ICT, entidades de direito privado sem fins lucrativos ou empresas, isoladamente ou em consórcios, voltadas para atividades de pesquisa, de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador.

.....

§ 3º O pagamento decorrente da contratação prevista no caput será efetuado proporcionalmente aos trabalhos executados no projeto, consoante o cronograma físico-financeiro aprovado, com a possibilidade de adotar remunerações adicionais

associadas ao alcance de metas de desempenho no projeto.

§ 4º O fornecimento, em escala ou não, do produto ou processo inovador resultante das atividades de pesquisa e desenvolvimento encomendadas na forma do caput, poderá ser contratado, mediante dispensa de licitação, inclusive com o próprio desenvolvedor da encomenda, observado o disposto em regulamento específico.

§ 5º Para os fins do caput e do § 4º, a administração pública poderá, mediante justificativa expressa, contratar concomitantemente mais de uma ICT, entidade de direito privado sem fins lucrativos ou empresa com o objetivo de:

I - desenvolver alternativas para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador; ou

II - executar partes de um mesmo objeto.”

(NR)

“Art. 20-A. É dispensável a realização de licitação pela Administração Pública nas contratações de empresas de micro, pequeno e médio portes, para prestação de serviços ou fornecimento de bens elaborados com a aplicação sistemática de conhecimentos científicos e tecnológicos, e que tenham auferido, no último ano-calendário, receita operacional bruta inferior a noventa milhões de reais, e oriundos de:

I - cooperação celebrada com a contratante para a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico ou para a melhoria de produto e processo ou desenvolvimento de fonte alternativa nacional de fornecimento;

II - atividades de pesquisa fomentadas pela contratante no ambiente das ICT.

§ 1º As atividades de que trata o inciso I poderão ser desenvolvidas pela contratada em parceria com outras ICT ou empresas.

§ 2º Aplica-se ao procedimento de contratação as regras próprias do ente ou entidade da Administração Pública contratante.

§ 3º Outras hipóteses de contratação de prestação de serviços ou fornecimento de bens elaborados com a aplicação sistemática de conhecimentos científicos e tecnológicos, poderão ser previstos em regulamento.

§ 4º Nas contratações de que trata este artigo deverá ser observado o disposto no inciso IV do art. 27." (NR)

"Art. 21-A. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os órgãos e as agências de fomento, as ICT públicas e as fundações de apoio concederão bolsas de estímulo à inovação no ambiente produtivo, destinadas à formação e à capacitação de recursos humanos e à agregação de especialistas em ICT e em empresas, que contribuam para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, e em atividades de extensão tecnológica, de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia.

Parágrafo único. A concessão de bolsas no âmbito de projetos específicos deverá observar o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 9º." (AC)

“Art. 22. Ao inventor independente que comprove depósito de pedido de patente é facultado solicitar a adoção de sua criação por ICT pública, que decidirá quanto à conveniência, oportunidade da solicitação e elaboração de projeto voltado a sua avaliação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização, industrialização, ou inserção no mercado.



.....

§ 3º O inventor independente, mediante instrumento jurídico específico, deverá se comprometer a compartilhar os eventuais ganhos econômicos auferidos com a exploração da invenção protegida adotada por ICT pública.” (NR)

“Art. 22-A. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as agências de fomento e as ICT públicas poderão apoiar, entre outras formas, os inventores independentes que comprovarem o depósito de patente de sua criação, por meio de:

I - análise da viabilidade técnica e econômica do objeto de sua invenção;

II - assistência para transformação da invenção em produto ou processo com os mecanismos financeiros e creditícios dispostos na legislação;

III - assistência para constituição de empresa que produza o bem objeto da invenção; e

IV - orientação para a transferência de tecnologia para empresas já constituídas.” (AC)

“Art. 26-A. As medidas de incentivo previstas nesta Lei, no que for cabível, aplicam-se às ICT públicas que

também exerçam atividades de produção e oferta de bens e serviços." (NR)

W

"Art. 26-B. A ICT pública que exerça atividade de produção e oferta de bens e serviços poderá ter a sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira ampliada mediante a celebração de contrato nos termos do §8º do art. 37 da Constituição Federal, com vistas à promoção da melhoria do desempenho e incremento dos resultados decorrentes das suas atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção."

"Art. 27.

.....

III - assegurar tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte;

.....

V - promover a simplificação de procedimentos para gestão dos projetos de ciência, tecnologia e inovação e do controle por resultados em sua avaliação; e

VI - promover o desenvolvimento e a difusão de tecnologias sociais e o fortalecimento da extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social." (NR)

"Art. 27-A . Os procedimentos de prestação de contas dos recursos repassados com base nesta Lei deverão seguir formas simplificadas, uniformizadas, realizados anualmente de forma a garantir a governança e a transparência das informações, preferencialmente, mediante envio eletrônico de informações, nos termos do regulamento. " (AC)

Art. 3º A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13.

.....

V - na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro;

.....

VIII - na condição de beneficiário de bolsa vinculada a projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação concedida por órgão ou agência de fomento.” (NR)

Art. 4º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º

.....

XX - produtos para pesquisa e desenvolvimento - bens, insumos, serviços e obras necessários para atividade de pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento de tecnologia ou inovação tecnológica, discriminados em projeto de pesquisa aprovado pela instituição contratante.” (AC)

“Art. 24.

.....

XXI - para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, limitada, no caso de obras e serviços de engenharia, a 20% do valor de que trata a alínea "b" do inciso I do caput do art. 23;

.....

§ 3º A hipótese de dispensa prevista no inciso XXI do caput, quando aplicada a obras e serviços de engenharia, seguirá procedimentos especiais instituídos em regulamentação específica.

§ 4º Não se aplica a vedação prevista no inciso I do caput do art. 9º à hipótese prevista no inciso XXI do caput." (NR)

"Art. 32.

.....

§ 7º A documentação de que tratam os arts. 28 a 32 poderá ser dispensada, nos termos de regulamento, no todo ou em parte, para a contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, desde que para pronta entrega ou até o valor previsto na alínea "a" do inciso II do caput do art. 23." (NR)

Art. 5º A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.1º

.....

VII - das ações em órgãos e entidades

dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação.

.....” (NR)

Art. 6º A Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

VIII - admissão de pesquisador, técnico com formação em área tecnológica de nível intermediário ou tecnólogo, nacionais ou estrangeiros, para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa, desenvolvimento e inovação;

.....” (NR)

Art. 7º A Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

.....


§ 6º Os parques e polos tecnológicos, incubadoras de empresas, associações e empresas criados com a participação de ICT pública, poderão utilizar uma fundação de apoio a ela vinculada ou com a qual tenham acordo.

§ 7º Os recursos e direitos provenientes dos projetos de que trata o caput, e das atividades e projetos de que tratam os arts. 3º a 9º, 11 e 13 da Lei nº 10.973, de 2004, poderão

ser repassados pelos contratantes diretamente para as fundações de apoio.

§ 8º Os núcleos de inovação tecnológica constituídos no âmbito de ICT a podem assumir a forma de fundação de apoio de que trata esta lei.

....." (NR)



"Art. 3º Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes abrangidos por esta Lei que envolvam recursos provenientes do poder público, as fundações de apoio adotarão regulamento específico de aquisições e contratações de obras e serviços, a ser editado por meio de ato do Poder Executivo de cada nível de governo.

.....

§ 3º Aplicam-se às contratações que não envolvam a aplicação de recursos públicos as regras instituídas pela instância superior da fundação de apoio, disponíveis em seu sítio eletrônico, respeitada os princípios mencionados no art. 2º desta lei." (NR)

"Art. 4º

.....

§ 8º Aplica-se o disposto no §4º do art. 9º da Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, às bolsas concedidas nos termos deste artigo, aos preceptores da residência médica e multiprofissional, e aos bolsistas de projetos de ensino, pesquisa e extensão, inclusive os realizados no âmbito dos hospitais universitários." (NR)

Art. 8º O processo de importação e desembaraço aduaneiro de bens, insumos, reagentes, peças e componentes a serem utilizados em pesquisa científica e tecnológica ou em projetos de inovação, terão tratamento prioritário e observarão procedimentos simplificados, nos termos do regulamento, e o disposto no Art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 e nas alíneas "e" a "g" do inciso I do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990.

Art. 9º O § 2º do Art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se somente às importações realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, por cientistas, pesquisadores e Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, ativas no fomento, coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica, inovação ou de ensino, devidamente credenciados pelo CNPq." (NR)

Art. 10. Os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

Parágrafo único - As ressalvas do disposto neste artigo aplicam-se às importações realizadas nas situações relacionadas no Art. 2º, inciso I.

Art. 2º

I -

.....

e) pelas instituições científicas, tecnológicas e de inovação, definidas pela Lei 10.973 de 2 de dezembro de 2004.

.....

g) por empresas na execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, cujos critérios e habilitação serão estabelecidos pelo Poder Público, na forma de regulamento.

..... " (NR)

§ 1º As isenções e isenções referidas neste artigo são concedidas com observância da legislação respectiva.

§ 2º Às importações das empresas em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação aplicam-se as seguintes condições:

a) Isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e do adicional de frete para renovação de frete da marinha mercante as importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários destinados à pesquisa científica, tecnologia e inovação;

b) Dispensa do exame de similaridade e controles prévios ao despacho aduaneiro." (NR)

Art. 11. Em atendimento ao disposto no § 5º do Art. 167 da Constituição Federal, as ICT e os pesquisadores poderão transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria de programação para outra com o objetivo de viabilizar resultados de projetos que envolvam atividades de

ciência, tecnologia e inovação, mediante regras definidas em regulamento.

Art. 12. Nos termos previamente estabelecidos, nos instrumentos de concessão de o financiamento s e outros estímulos à pesquisa, desenvolvimento e inovação, os bens gerados ou adquiridos no âmbito de projetos de estímulo à ciência, tecnologia e inovação serão incorporados, desde sua aquisição, ao patrimônio da entidade recebedora dos recursos.

§ 1º Na hipótese de instrumentos celebrados com pessoas físicas, os bens serão incorporados ao patrimônio da ICT à qual o pesquisador beneficiado estiver vinculado.

§ 2º Quando adquiridos com a participação de fundação de apoio, a titularidade sobre os bens observará o disposto no contrato ou convênio entre a ICT e a fundação de apoio." (NR)

Art. 13. A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes disposições:

"Art. 20.

.....

§ 4º O professor, inclusive em regime de dedicação exclusiva, desde que não investido em cargo em comissão ou função de confiança, poderá:

I - participar dos órgãos de direção de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, nos termos definidos pelo Conselho Superior da IFE, observado o cumprimento de sua jornada de trabalho e vedada a percepção de remuneração paga pela fundação de apoio; e

II - ocupar cargo de dirigente máximo de

fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, mediante deliberação do Conselho Superior da IFE.” (NR)

“Art. 20-A Sem prejuízo da isenção ou imunidade previstas na legislação vigente, as Fundações de apoio às Instituições de Ensino Superior e as Instituições de Ciência e Tecnologia poderão remunerar o seu dirigente máximo que se enquadre nas seguintes situações:

I - seja não estatutário e tenha vínculo empregatício com a instituição;

II - seja estatutário, desde que receba remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal.” (AC)

“Art. 21.

.....

III - bolsas de ensino, pesquisa, extensão ou estímulo à inovação pagas por agências oficiais de fomento, por organismos internacionais amparados por ato, tratado ou convenção internacional, ou por fundações de apoio devidamente credenciadas por IFE;

.....

§4º As atividades de que tratam os incisos XI e XII do caput não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, a oito horas semanais, ou quatrocentas e dezesseis horas anuais.” (NR)

Art. 14. Ao servidor, empregado público ou militar serão

garantidos, durante o afastamento de sua entidade de origem, no interesse da Administração, para o exercício de atividades de ciência, tecnologia e inovação, os mesmos direitos a vantagens e benefícios, pertinentes ao seu cargo e carreira, como se em efetivo exercício em atividade de sua respectiva entidade estivesse.

Art. 15. Em consonância com o disposto no § 7º do Art. 218 da Constituição Federal, o Poder Público manterá mecanismos de fomento, apoio e gestão adequados à internacionalização das ICT públicas, que poderão exercer fora do território nacional atividades relacionadas com ciência, tecnologia e inovação, respeitados os estatutos sociais, ou norma regimental equivalente, das instituições.

§ 1º Observado o disposto no inciso I do Art. 49 da Constituição Federal, é facultado à ICT pública desempenhar suas atividades mediante convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas estrangeiras ou internacionais.

§ 2º Os mecanismos de que trata o caput deverão compreender, entre outros objetivos, na forma do regulamento:

I) o desenvolvimento da cooperação internacional no âmbito das ICT, inclusive no exterior;

II) a execução de atividades de ICT nacionais no exterior;

e

III) a alocação de recursos humanos no exterior." (NR)

Art. 16. Na concessão de bolsas destinadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão em educação e formação de recursos humanos, nas diversas áreas do conhecimento, por parte de ICT, agência de fomento ou fundação de apoio, inclusive em situações de residência médica e multiprofissional e as realizadas no âmbito de hospitais universitários, aplica-se o disposto no §4º do art. 9º da Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2015.




Deputado SIBA MACHADO
Relator